

# **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

## **PROJETO DE LEI Nº 6.804, DE 2006**

“Revoga a Lei nº 7.399, de 04 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências”.

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado EUDES XAVIER

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, oriundo do Senado Federal, que tem por escopo a revogação da Lei nº 7.399, de 04 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, que a regulamenta.

A Lei em questão concede aos portadores de títulos de mestre e doutor em Geografia, ainda que não graduados nesta disciplina, competência para o exercício da profissão em todas as suas especialidades.

Pelo projeto, ficam garantidos todos os direitos da legislação a ser revogada aos profissionais registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, até a data da publicação da nova lei.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Como é do conhecimento geral, os cursos de mestrado e doutorado, como as especializações em geral, representam, sem dúvida, um aprimoramento da formação profissional, em função da profundidade do conhecimento obtido, mas, ao mesmo tempo, limita a amplitude desse mesmo conhecimento em relação a pontos específicos de determinada área de conhecimento.

Isto com relação àqueles que concluem cursos de pós-graduação na mesma área em que se graduaram.

No caso em tela, essa natural limitação, inevitável em virtude da profundidade buscada, representa, na maioria das vezes, verdadeira incapacitação para o exercício da profissão fora daquele ponto específico estudado durante a pós-graduação.

Como bem lembra o nobre Senador Sibá Machado, autor do Projeto no Senado, pela legislação atual, por exemplo, um economista com mestrado em Geopolítica pode exercer todas as atividades e atribuições reservadas, por lei, ao geógrafo.

A inconveniência de tal situação é evidente e dispensa maiores comentários.

O projeto, portanto, merece acolhida.

Ressalvamos apenas o fato de que seu texto contém injuridicidade que deverá ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania: trata-se da revogação do Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.804, de 2006.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado EUDES XAVIER  
Relator